



SENADO FEDERAL
Senador Weverton

EMENDA DE PLENÁRIO n° 106

PEC n.º 133 de 2019

Permite que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adotem em seus regimes próprios de previdência social as mesmas regras aplicáveis ao regime próprio da União; modifica renúncias previdenciárias; prevê benefício da Seguridade Social à criança vivendo em situação de pobreza; e dá outras providências.

Dê-se ao inciso II do §7º do Art. 201 da Constituição Federal, a seguinte redação:

Art. 201.

.....

§ 7º.....

.....

II - sessenta anos de idade, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade, se mulher; e quinze anos de contribuição para ambos os sexos para os trabalhadores rurais e para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, nestes incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal.

JUSTIFICATIVA

Revela-se necessário harmonizar as alterações consignadas na reforma previdenciária que aportou nesta Casa de Leis com os estatutos de direitos fundamentais impressos na Carta Cidadã de 1988.

Recebido em 17/9/19
Hora: 22:06
Sabrina Silva Nascimento
Matrícula 267913
BLSF/SGM



SF/19596.76384-51

Página: 1/4 16/09/2019 11:40:07

b6a93a2eab7bf1c7529fd7517551abc682de00bd

Portanto, já de imediato, deve-se respeitar conquistas sociais dos trabalhadores rurais que se encontram expressamente reproduzidas no texto constitucional e gravadas com cláusula material de irrevogabilidade, notadamente à vista do que prevê o artigo 60, § 4º, IV da Constituição Republicana de 1988.

Nessa perspectiva, a presente emenda modificativa à PEC n.º 6/2019 pretende garantir ao trabalhador rural a possibilidade de aposentar-se pelo regime geral de previdência social quando contar com 15 anos de contribuição, sobretudo porquanto reconhece que referida classe trabalhadora é a mais penalizada pelas dificuldades e condições extremas impostas pelas atividades do campo.

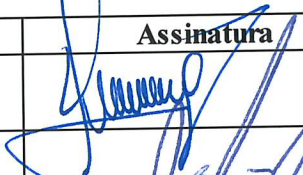
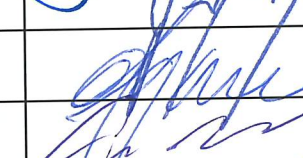
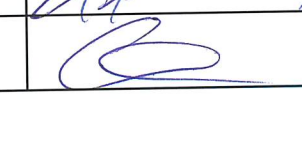


Assim, é natural que, em observância ao que orienta o já consagrado princípio da isonomia material, as normas que regem as aposentadorias de trabalhadores urbanos e rurais apresentem pequenas (mas necessárias) distinções entre si, em especial as decorrentes das condições de trabalho que distinguem as mencionadas.

Por fim, em tempos de crise econômica, manifestamos nossa defesa a reformas que visem ao reequilíbrio dos gastos e das despesas públicas. Entretanto, ressaltamos ser fundamental que tais reformas não percam o tom a ponto de erradicar conquistas sociais e violar cláusulas pétreas, sobretudo quando apresentem modificações em claro desfavor de camadas menos favorecidas da população brasileira.

Por essas razões, rogo aos demais pares a aprovação da presente emenda modificativa, reconhecendo-lhe o fundamental papel de aprimorar a proposta de emenda constitucional em discussão, para salvaguardar os direitos dos trabalhadores do campo.

Sala das Sessões, em de de 2019.


Senador Weverton
PDT/MA

Número	Nome do Senador	Assinatura
1	ACIR	
2	ELIZIANE	
3	JAYME	
4	CIRO	
5		



SF/19596.76384-51

Página: 2/4 16/09/2019 11:40:07

b6a93a2eab7bf1c7529fd7517551abc682de00bd



6		J. Martins
7		fully
8		no
9		but
10		
11		2-1-1
12		Alonso Velez
13		Frederick / 1st
14		Alonso Velez
15		Alonso Velez
16		Alonso Velez
17		Alonso Velez
18		Alonso Velez
19		Alonso Velez
20		Alonso Velez
21		Alonso Velez
22		Alonso Velez
23		Alonso Velez
24		Alonso Velez
25		Alonso Velez
26		Alonso Velez
27		Alonso Velez
		Alonso Velez
		Alonso Velez



SF/19596.76384-51





b6a93a2eab7bf1c7529fd7517551abc682de00bd

Página: 4/4 16/09/2019 11:40:07



SF/19596.76384-51